



O Poder Naval na formação e defesa do território que constituiu o Brasil

Alte Esq (Refº-FN) Prof. Dr. Alvaro Augusto Dias Monteiro¹
CT (AFN) Paulo José Chaves Fonseca²

Em 2022, completaremos 200 anos da Independência do Brasil, efeméride que devemos celebrar com muito orgulho pelo País que conseguimos criar e consolidar, ainda que o estejamos desenvolvendo. Nessas celebrações, o mar há que ter papel de destaque, embora a sociedade brasileira ainda não tenha plena consciência de sua importância na nossa História. A Marinha do Brasil, perfeitamente cônica da relevância do mar para os brasileiros, desde seu passado mais distante até os dias atuais, não poderia deixar de se fazer presente nas comemorações desse bicentenário, particularmente a fim de assegurar a exaltação do relevante papel do poder naval na formação do Brasil e na sua Independência.

Dentro desse escopo, o Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha, em parceria com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e a Escola de Guerra Naval, promoveu, em 1 e 2 de setembro passado, o Seminário “Aspectos Geopolíticos da Expansão Marítima Portuguesa e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação”¹, iniciando, efetivamente, as atividades de cunho próprio previstas pela Marinha para co-



Seminário “Aspectos Geopolíticos da Expansão Marítima Portuguesa e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação”, promovido pelo CEPE-MB em parceria com a DPHDM e a EGN

¹ Presidente do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB).

² Mestre. Coordenador-Assistente CEPE-MB.

³ Este Seminário, com abertura pelo Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Almirante Santos, contou com duas conferências, proferidas pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Portuguesas, Almirante António Manuel Fernandes Silva Ribeiro e pelo Prof. Dr. Luiz Felipe de Alencastro, Professor de História, autor do clássico livro “O Trato dos Videntes”, e com duas mesas de debates: a primeira composta pelo Capitão de Mar e Guerra (Armada Portuguesa) José António Rodrigues Pereira, Académico Emérito da Academia de Marinha de Portugal e pelo Prof. Dr. Marcelo Mello Valença, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da EGN; e, a segunda, pelo Capitão de Corveta (IM), Prof. Dr., Marcello José Gomes Loureiro, da Escola Naval, e pela Profª. Dra. Heloisa Meireles Gesteira, Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro.

memorar o bicentenário de nossa Independência.

Este artigo pretende, com base nos principais aspectos abordados nesse Seminário, apresentar uma ligeira síntese das circunstâncias políticas e estratégicas que condicionaram a atuação do poder naval na formação e defesa do território que constituiu o Brasil.

O Poder Naval na América Portuguesa

A expansão marítima portuguesa, iniciada em 1415 com a conquista de Ceuta, levou Portugal, em pouco mais de um século, a navegar ao longo da costa africana, chegar à Índia, ao Brasil, à China e ao Japão.

O controle português sobre os espaços marítimos do Atlântico, mediante a ocupação do Brasil e de Angola, e do Índico, particularmente após a conquista de Goa, fizeram de Portugal uma potência marítima mundial, o que requereu, além do domínio das novas rotas marítimas, projeção militar nas zonas distantes que descobrira, a fim de preservar as relações comerciais com os mercados lá existentes. Esforço que demandava do Estado português uma capacidade de atuação no mar de tal magnitude que, em poucas décadas, mostrou-se empreitada superior ao potencial luso de então, particularmente após a incorporação da coroa portuguesa pela Espanha, em uma monarquia dualista que duraria de 1580 a 1640.

Após a descoberta do caminho marítimo para a Índia (1497-1499) e das Terras de Vera Cruz (1500), a estratégia naval portuguesa passou a priorizar a manutenção da rota das especiarias. Dom Manuel I, no que concernia às Terras de Vera Cruz, preocupou-se, inicialmente, com seu reconhecimento geográfico e econômico, até porque, à primeira vista, não apresentavam potencial econômico atraente, empregando, para tanto, expedições navais de pequena envergadura, que logo descobriram a abundância do pau-brasil, muito cobiçado pela indústria têxtil europeia, o que impulsionou as viagens de exploração e de guarda-costas tendo em vista a presença estrangeira no litoral do Brasil.

A crescente presença estrangeira nas costas brasileiras, principalmente de franceses, levou Portugal a alterar a estratégia de ocupação e povoamento do território, mediante a criação das Capitânicas Hereditárias (1534) e do Governo-Geral (1548). Paralelamente, em face das dificuldades inerentes à preservação da rota do Cabo, iniciou a transferência do esforço militar do Índico para o Atlântico Sul (Brasil e Angola).

A presença francesa nas costas brasileiras intensificou-se com a tentativa de criação da França Antártica, em 1555, sob comando do Almirante Nicolau Durand de Villegagnon, na ilha que até hoje guarda seu nome, iniciativa que contou com o apoio dos índios tamoios. Em 1560, a primeira força naval de defesa do território brasileiro, que, por sua vez, contou com a participação dos índios temiminós com suas embarcações a remo, expulsou os franceses e levou à criação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Nessa altura, o Brasil já contava com vários núcleos populacionais isolados ao longo de sua extensa costa. A

comunicação entre eles era feita, exclusivamente, por via marítima, o que demonstrava a importância do domínio do mar para sua defesa, embora os ataques estrangeiros feitos até então tivessem sido relativamente de fraca intensidade. Situação que mudaria significativamente a partir de 1580, com a união das coroas ibéricas, pois Portugal passou a ter seu vasto império atacado por franceses, ingleses e holandeses, todos inimigos da Espanha e não necessariamente de Portugal. Ademais, a manutenção das linhas de comunicação marítimas, essenciais para a sustentação das trocas comerciais entre Portugal, Brasil, África e as Índias, dependia de um poder naval que houvera perdido. Nessas circunstâncias, em 1610, os franceses estabeleceram-se no Maranhão, onde criaram o forte de São Luiz, dando origem à capital do que seria a França Equinocial. Sua expulsão, em 1615, foi precedida por uma operação naval visando assegurar o controle do mar pelos portugueses. Parcela dos meios navais empregados nessa operação foi comandada por Jerônimo de Albuquerque, brasileiro, mestiço - filho de português com uma índia - tornando-se assim o primeiro Comandante naval brasileiro a combater em defesa do nosso território.

Porém, o risco maior de fracionamento do território do então Brasil colonial ainda estaria por vir, em consequência das ações da Companhia das Índias Ocidentais, organização dos Países Baixos que, desde 1568, encontrava-se em luta contra o domínio espanhol, na denominada Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648).

O Brasil “holandês”

Se uma primeira invasão neerlandesa, em 1624, mediante a conquista de Salvador, então capital do Brasil, fracassou no ano seguinte, em decorrência da Jornada dos Vassalos, uma expedição naval luso-espanhola sob comando de Dom Fradique de Toledo Osório, a conquista de Olinda e Recife, em 1630, cidades da Capitania de Pernambuco, a mais próspera de então devido à pujante economia açucareira, teve consequências mais severas.

As tentativas efetuadas para a expulsão dos holandeses malograram. As ações navais de 1631, em que uma frota luso-espanhola, sob comando de D. Antonio de Oquendo, travou a batalha naval dos Abrolhos, devolvendo, mesmo que de forma temporária, o controle da costa brasileira aos portugueses, assim como as ações da frota de D. Luiz de Rojas y Borja, em 1635, que fracassou em sua tentativa de derrotar os holandeses no mar, bem demonstram a debilitação do poder naval da península ibérica, que não mais conseguira reunir uma esquadra do porte da empregada na reconquista de Salvador. Por sua vez, a força naval do Conde da Torre, que chegara ao Brasil em 1639, permanecendo em Salvador por alguns meses a fim de aguardar a chegada de reforços, foi derrotada, em janeiro de 1640, após ter travado quatro batalhas navais com as forças neerlandesas.

Nesse mesmo ano, 1640, ocorreu a Restauração portuguesa com a posse de Dom João IV como Rei de Portugal. Mas, as dificuldades que enfrentaria, tais como os questionamentos quanto à própria Restauração, o reconhecimento

internacional do Rei que não era reconhecido sequer pelo Papa, a guerra contra Castela, que duraria até 1668, e a grave crise monetária que Portugal passara a enfrentar, tudo em meio à ocupação holandesa no Brasil, levantaram dúvidas quanto à capacidade portuguesa de preservar a integridade territorial brasileira.

Dom João IV tinha perfeita noção que a continuidade da guerra contra os holandeses era manifestadamente impossível. Portanto, era a favor da paz, ainda que com a perda territorial de Pernambuco, como assim se pronunciara o Conselho de Estado. Por outro lado, o Desembargo do Paço, Tribunal Supremo de relevância na monarquia portuguesa, defendia a manutenção de Pernambuco mediante sua compra, indenizando os holandeses. Indenização que seria custeada pelas diversas praças ultramarinas (Pernambuco, Bahia e Angola) por meio do tráfico de escravos, de cana-de-açúcar e vários outros produtos que seriam sobretaxados.

Aproveitando-se das dificuldades portuguesas vividas após a Restauração, os holandeses, além de expandirem seus domínios no Brasil até o Maranhão, conquistaram Luanda, em 1641, impedindo o acesso à mão de obra escrava necessária ao funcionamento dos engenhos de açúcar, base da economia brasileira, demonstrando que a ação holandesa não se restringia ao Brasil, mas ao Atlântico Sul. Maurício de Nassau, explanando em Amsterdã sobre Pernambuco, expressou que ali o lucro não se resumia apenas à venda do açúcar, mas, também, a vender o produtor de açúcar, os escravizados africanos. Por isso, teriam que ocupar Angola, mesmo diante da hesitação dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais.

Enquanto isso, os reforços às ações militares da contraofensiva luso-brasileira em Angola e Pernambuco eram poucos e feitos com muita reserva, para fazer crer aos holandeses que a guerra era travada pelos luso-brasileiros sem o apoio de Lisboa, que buscava um acordo de paz. Em 1648, foi organizada no Brasil, para iludir a trégua que em Lisboa se negociava com os holandeses, a frota de Salvador de Sá que expulsou os holandeses de Angola nesse mesmo ano. Todavia, a publicação do Ato de Navegação de Oliver Cromwell, em 1561, abriu um conflito da Holanda com a Inglaterra, fato que possibilitou Portugal atacar os holandeses no Brasil, de onde foram expulsos definitivamente em 1654.

O rumo para a Independência

As orientações estratégicas para a recuperação do poder naval português, a partir do final do século 17 e no 18, voltaram-se para o afastamento das contendidas europeias, o prosseguimento da aliança com a Inglaterra, a fim de garantir os interesses portugueses no Atlântico e no Índico, e a defesa e o desenvolvimento do Brasil.

A partir de 1777, quando Dona Maria I ascendeu ao trono, Martinho de Melo e Castro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios e Domínios Ultramarinos, procedeu a uma profunda reestruturação do poder naval português, in-

cluindo a criação da Real Academia dos Guardas-Marinha, em 1796, do Arsenal de Recife, em 1798, além de um programa de renovação da Esquadra que permitiu construir dezoito navios em sete anos, capacitando a Marinha portuguesa a afirmar sua soberania e a proteger seu comércio marítimo com o Brasil.

A segurança do comércio marítimo português desenvolvia-se satisfatoriamente desde a criação da Companhia de Comércio do Brasil, em 1649, a qual instituiu a obrigatoriedade de comboio de navios, devidamente escoltados, sistema que se mostrou eficiente, pois reduziu drasticamente a investida de corsários. Após sua extinção, em 1740, os serviços de proteção ficaram a cargo da Marinha real. Como exemplo do sucesso dessa medida, pode-se mencionar o comboio naval composto por 122 navios mercantes sob a escolta de duas naus e três fragatas da **Armada Real** portuguesa que, vindo do Brasil, entrou no Tejo em 1798.

A invasão de Portugal pelas tropas do General Junot, em 1807, levou à transferência da corte real portuguesa para o Brasil, que se estabeleceu no Rio de Janeiro, a partir de 8 de março de 1808, circunstância que contribuiu sobremaneira para a Independência do Brasil, quinze anos após, e para definição de seu território, em decorrência das ações então tomadas. Dentre elas, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, autorizada pelo Príncipe Regente, D. João, proporcionou trocas comerciais muito favoráveis, considerando que os preços do açúcar, algodão, cacau, do linho e da nascente exportação do café estavam em acentuada alta.

No mesmo ano de 1808, em decorrência da declaração de guerra de Portugal à França, foi organizada uma expedição destinada a conquistar Caiena, capital da Guiana Francesa, com a participação de cerca de quinhentos fuzileiros navais, integrantes da Brigada Real da Marinha, que guarnecera os navios que trouxeram a corte para o Brasil, comandados pelo Tenente Luís da Cunha Moreira, futuro Visconde de Cabo Frio, que viria a ser o primeiro Ministro da Marinha do Brasil independente. Após a desocupação da Guiana, em 1817, o rio Oiapoque foi definido como o limite do Brasil com a Guiana Francesa, conforme estabelecido no Tratado de Utrecht (1713). Outra boa consequência da ocupação de Caiena foi o tesouro agrícola trazido para o Brasil, principalmente para o Horto do Pará, constituído pelas mudas de especiarias da fazenda *La Gabrielle*.

Em janeiro de 1816, uma esquadra contando com quatorze navios desenvolveu operações navais que muito contribuíram para a incorporação ao Brasil da Província Cisplatina, realizando o desejo português de expandir o território brasileiro até o Rio da Prata.

Em março de 1817, a Rebelião Pernambucana, último movimento separatista do período colonial, tenta obter apoio do exterior, sendo imediatamente impedida pelo bloqueio do porto de Recife por uma força de dois navios, comandada pelo Capitão-Tenente Rufino Peres Baptista, a qual é reforçada pela chegada da frota naval do Chefe de Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, que suspendera do Rio de Janeiro em 2 de abril e, logo depois, pela Divisão Naval

de Barreto Pimentel, que suspendera do Rio de Janeiro em 4 de maio. As forças revoltosas abandonaram o Recife em 20 de maio, pondo fim à rebelião.

Após o “Grito do Ipiranga”, as forças militares no território brasileiro dividiram-se entre os que passaram a apoiar D. Pedro I e a Independência do Brasil e os que se mantiveram fiéis a D. João VI e à submissão colonial a Portugal. No caso da Armada, cerca de cem oficiais juraram lealdade a D. Pedro I.

José Bonifácio, que tivera oportunidade de observar a atuação da Royal Navy na Guerra Peninsular, pois, sob as ordens do Marechal Beresford, integrando o Corpo Militar Acadêmico, combatera as tropas francesas, compreendia perfeitamente que só uma Marinha seria capaz de assegurar a integridade territorial do recém-criado Império do Brasil. Assim, com os navios tomados aos portugueses, organizou o núcleo da Esquadra brasileira e tomou as medidas, então possíveis, para criar a Marinha Imperial, que não teve tempo para grandes preparativos antes de ser empregada.

Já em 14 de novembro de 1822, sob comando de Davis Jewet, a primeira força naval brasileira a ostentar o pavilhão imperial rumou para o Sul, a fim de debelar a rebelião surgida na Província Cisplatina. Em 1 de abril de 1823, Lord Cochrane demandou Salvador com ordens de bloquear aquele porto, combatendo todas as forças navais portuguesas que encontrasse. As forças leais a D. João VI, que se localizavam, em grande parte, na Bahia, passaram a se deparar com uma situação insustentável em face do bloqueio naval e das ameaças de cerco por terra. Em meio às ações em Salvador, Cochrane rumou para o Maranhão, a fim de pacificar aquela província, e enviou Grenfell a Belém onde, mais uma vez, a independência restou assegurada. Em março de 1824, as forças portuguesas renderam-se e rumaram para Portugal. Perseguiu-as a Fragata *Nichteroy*, sob comando de John Taylor, até próximo a foz do Tejo. Em sua tripulação, figurava o jovem grumete de 16 anos, Joaquim Marques Lisboa, o futuro Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil!

Malgrado o imprevisto, a Marinha Imperial cumprira a missão. Estava consumada, definitivamente, a independência do Brasil bem como sua integridade territorial. A dispersão imposta a seus parcos meios bem mostra a envergadura da tarefa que lhe fora atribuída. Muito mais significativa, porém, foi a herança que aqueles marinheiros deixaram às gerações futuras: Brasil, um país continental.

A lição que fica...

A expansão marítima portuguesa levou a presença daquele Estado à Índia, ao Brasil, à China e ao Japão. Expansão onde o poder naval se transformou em instrumento indispensável de afirmação, pois as atividades marítimas que, de modo geral, passaram a mover a economia da época, demandavam a segurança dessas atividades. Quando as circunstâncias políticas restringiram sua capacidade, como ocorreu durante o período da união ibérica,

Portugal passou a depender do poder marítimo de seus aliados, principalmente da Inglaterra, pois tornara-se dependente do mar e do tráfego marítimo para sustentar a integridade de suas colônias e de maneira recíproca seus interesses comerciais.

Também para o Brasil, em seu processo de independência, a criação de um poder naval próprio, a partir do legado português, mostrou ser instrumento decisivo para manter a integridade de seu vasto território, o que ressalta a importância do mar na nossa História. Pelo mar chegaram os portugueses; por ele iniciamos nosso desenvolvimento, ainda como colônia. Pelo mar consolidamos nossa independência e asseguramos nossa integridade territorial. Nele, conforme vem demonstrando o atual conhecimento da humanidade sobre suas riquezas, residem imensas oportunidades para o desenvolvimento sustentável do nosso País. ■

Referências bibliográficas

SANTOS, Almir Garnier. Abertura do Seminário. *In: Seminário Aspectos Geopolíticos da Expansão Marítima Portuguesa e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 01 set. 2021.

RIBEIRO, Antônio Manuel Fernandes Silva. Aspectos do Poder Naval na América Portuguesa. *In: Seminário Aspectos Geopolíticos da Expansão Marítima Portuguesa e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 01 set. 2021.

PEREIRA, José Antônio Rodrigues. Aspectos Geopolíticos e Estratégicos da Formação do Poder Naval Português no Atlântico Sul. *In: Seminário Aspectos Geopolíticos da Expansão Marítima Portuguesa e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 01 set. 2021.

VALENÇA, Marcelo Mello. Aspectos Geopolíticos e Estratégicos da Formação do Poder Naval Português no Atlântico Sul. *In: Seminário Aspectos Geopolíticos da Expansão Marítima Portuguesa e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 01 set. 2021.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Imaginário do Atlântico no processo da Independência do Brasil. *In: Seminário Aspectos Geopolíticos da Expansão Marítima Portuguesa e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 02 set. 2021.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. Dos mares: Comércio, Guerra e Circulação de Saberes. *In: Seminário Aspectos Geopolíticos da Expansão Marítima Portuguesa e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 02 set. 2021.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. Dos mares: Comércio, Guerra e Circulação de Saberes. *In: Seminário Aspectos Geopolíticos da Expansão Marítima Portuguesa e o Poder Naval na Formação e Defesa do Território que Constituiu a Nação*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 02 set. 2021.